

porcional, a exemplo da Alemanha Ocidental. Lançam por último a esperança de que a Nova Constituição trate da legislação eleitoral em sua plenitude.

A opção metodológica de análise comparativa se adapta aos objetivos do estudo, não sendo porém utilizada a todo momento, o que torna mais positivo o estudo. A escolha do conceito de partido político dado por Shumpeter, é feita pelo fato de adequar-se a nossa história e estrutura partidária.

É um trabalho oportuno, sem pretensões exageradas, onde os autores mantêm-se numa posição de análise com vistas para o aproveitamento do trabalho pelo debate democrático.

Adriana Côrte Franco

Graduanda em Ciências Sociais pela UFPE

SPINDEL, Cheywa R. *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo, NOBEL/Ministério do Trabalho, 1985. 128 p.

Hoje, no Brasil, há uma nítida preocupação com o destino de milhões de crianças consideradas carentes, que estão visíveis em todos os grandes centros brasileiros extrapolando, de modo acentuado, o perímetro de seus bairros ou mesmo residências. Grande parte delas está "solta" nas ruas barganhando a sobrevivência, sob o estigma da marginalidade e sob o domínio da exploração. Vários estudiosos têm se detido na análise da relação entre pobreza e marginalização, dentre eles CALSING et alii, 1986 afirmam que "a 'infantilização' do mercado de trabalho, ou a entrada precoce no mercado de trabalho tem, na verdade, uma relação muito forte e estreita com a situação de pobreza em que vive o núcleo familiar do menor". Sabe-se, portanto, que no Brasil a presença de menores no mercado de trabalho cresce à medida em que a atual política de emprego e a recessão continuam. Procurando analisar a situação do menor no mercado de trabalho, sob o aspecto legal, Cheywa Spindel se propõe desviar a ótica analítica do tradicional enfoque marginalidade e pobreza.

Nesse estudo são analisados os menores entre 12 e 18 anos de idade que exercem atividade remunerada e que tenham as carteiras de trabalho registradas. A pesquisa abrangeu os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco e se baseou, principalmente, em dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e em estudos diretos. O trabalho está dividido em oito capítulos. Sendo que o primeiro é dedicado à Introdução onde a autora discorre sobre os objetivos e apresenta os pressupostos que nortearam a linha analítica da pesquisa. No segundo capítulo "Quem é o menor trabalhador do mercado formal?", SPINDEL trabalha basicamente com os indicadores experiência de trabalho, maturidade e qualificação. Os dados estatísticos permitem revelar situações diferenciadas para as regiões Sul, Sudeste e Nordeste apresentando os menores desta última região condições trabalhistas inferiores às demais, refletindo a prática comum, de burlar as leis, de grande parte dos empregadores.

O terceiro capítulo é dedicado ao menor e à empresa. Nele são analisados os níveis de remuneração, promoção monetária e ocupacional nas empresas. Utilizando as variáveis acima, a autora pôde concluir que os menores mais bem situados financeiramente e com um maior acesso ao treinamento formal estão engajados em empresas de grande porte, principalmente nos setores de Bens de Consumo Duráveis. Ainda nesse capítulo é ressaltado um fato peculiar à contratação de menores em detrimento da mão-de-obra adulta. Segundo os empresários, o caráter de “docilidade” e “submissão” é um componente importante de escolha entre um menor e um adulto, fato este também revelado por outros estudos, dentre eles *As condições de emprego do menor trabalhador* de DAL-ROSSO e RESENDE, 1986 que vêem nessa preferência “a possibilidade de controle mais restrito sobre a força de trabalho”. Outro dado evidenciado por SPINDEL é a existência de diferentes formas de inserção do menor no mercado de trabalho em função do sexo.

O tema apresentado no quarto capítulo refere-se às causas que levam os menores a se apresentarem no mercado de trabalho. O desemprego, a doença, a escassez de bens na família são os motivos mais freqüentes apresentados pela mão-de-obra juvenil das áreas pesquisadas. Os resultados encontrados não chegam a surpreender e nem se caracterizam como “novidade” dentro da literatura que versa sobre o tema. Sabe-se que os menores trabalhadores, quase maciçamente, originam-se de famílias pobres com poucos recursos para a manutenção do lar. Essa situação permite a precoce inserção da criança no mercado de trabalho. Nesse capítulo, porém, SPINDEL não se detém apenas neste aspecto da questão. O trabalho do menor é apresentado do ponto de vista operacional (quanto ganham, como gastam) e sob o enfoque empresarial, revelando a postura dos empregadores frente à utilização da mão-de-obra.

O quinto capítulo trata da relação escola e trabalho, revelando, de início, um dado sintomático, fruto das distorções regionais: 55% dos menores pesquisados no Sul/Sudeste estudam, no Nordeste apenas 30%. A análise dessa variável por sexo mostrou que, em alguns casos, as meninas estão mais afastadas da escola pelo fato de enfrentarem ainda alguns padrões e normas sociais que as impedem de circular livremente à noite, e por acumularem tarefas domésticas e trabalho fora de casa restando pouco tempo para os estudos. Ainda nesse capítulo é estudada a influência da variável *escolaridade* na obtenção de emprego. Os dados obtidos mostram uma baixa correlação entre escolaridade x mercado de trabalho, ao mesmo tempo revela a existência de outros fatores responsáveis pela aceitação do menor na empresa.

No sexto capítulo a autora lança questões, reflexões e sugestões, dentre elas: a necessidade de se ampliarem os estudos empíricos sobre a realidade do menor no mercado de trabalho e de se repensar a escola para o trabalho. O sétimo capítulo é dedicado à Metodologia, apresentando o desenho amostral e as dificuldades encontradas para a realização da pesquisa.

Esse trabalho é mais uma contribuição para o estudo da problemática do menor que vem se avolumando nesta década, tornando complexa toda uma situação que tem sua origem no quadro econômico brasileiro. As crianças e adolescentes se multiplicam pelas ruas, esquinas e praças em busca da sobrevivência

fazendo surgir vários movimentos com a finalidade de tornar o trabalho desenvolvido pelas crianças de rua respeitado pela sociedade. Esta é apenas uma das faces do trabalho infanto-juvenil que tem merecido algumas análises de estudiosos das questões sociais. O outro aspecto, que diz respeito ao menor no mercado formal de trabalho encontra-se exposto neste estudo de Cheywa Spindel contendo subsídios que poderão servir ao delineamento da questão participação x exploração da mão-de-obra infantil. Nele a autora apresenta bons dados estatísticos permitindo uma visão abrangente da situação do menor trabalhador nas empresas.

Cleide de Fátima Galiza de Oliveira
Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco